



O SELO ESCOLA ANTIRRACISTA COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO DO CEARÁ

Lilian Maria Da Silva Mello¹
Francisco Vítor Macêdo Pereira²

RESUMO

Este trabalho discute a recente política educacional do *Selo Escola Antirracista*, instituído pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC-CE), em 2023, como política pública voltada ao enfrentamento do racismo no espaço escolar e em comemoração aos 20 anos da Lei 10.639/2003. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em análise documental, observação direta e análise de conteúdo. O campo empírico abrange três escolas da rede estadual certificadas no edital da primeira edição do *Selo*: a EEEP Professora Alda Façanha (Aquiraz), a EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios (Itarema) e a EEEP Lúcia Helena Viana Ribeiro (Horizonte). Os resultados evidenciam que a apropriação da política por cada escola varia conforme os diferentes contextos institucionais e territoriais, sendo estrategicamente mediada pela: criação de laboratórios específicos, organização de eventos culturais e implementação de comitês locais com protagonismo juvenil. Apesar dos avanços, permanecem limites que podem ser dialogados a partir de algumas hipóteses, como: falta de infraestrutura, desigualdades territoriais e ausência de mecanismos redistributivos podem restringir a efetividade do *Selo*. Conclui-se que a política representa um passo importante na institucionalização da educação antirracista, mas seu impacto depende da mobilização coletiva, do apoio institucional e da superação das desigualdades históricas que atravessam a educação pública no Ceará.

Palavras-chave: Política pública educacional; Educação antirracista no Ceará; Selo Escola Antirracista.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, lilianmmello22@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, vitor@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

No campo educacional, a escola, embora seja compreendida como espaço de formação cidadã, historicamente também tem funcionado como instância de reprodução de hierarquias raciais. Episódios recorrentes de discriminação em instituições de ensino revelam a permanência de mecanismos de exclusão que comprometem o direito à educação plena para estudantes negros/as; produzindo traumas, silenciamentos e desigualdades de oportunidades. Conforme argumenta Gomes (2012), essa realidade está diretamente vinculada ao currículo, construído ainda sobre as bases do eurocentrismo, invisibilizando os saberes e as trajetórias distintas das populações negras e indígenas.

O racismo constitui, na verdade, um dos pilares estruturantes da sociedade brasileira, atravessando instituições, práticas sociais e processos educativos. Conforme Almeida (2019), trata-se de um fenômeno estrutural que não se reduz a comportamentos individuais, mas organiza de maneira sistemática as desigualdades. Nesse sentido, Rodrigues e Breder (2023) ressaltam que a formação de professores/as demanda o reconhecimento do racismo estrutural presente nas instituições escolares, condição indispensável para a construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Nesse combate ao racismo, o movimento negro brasileiro desempenhou papel fundamental ao denunciar o epistemicídio (Carneiro, 2005) e reivindicar políticas públicas que reconhecessem a contribuição da população negra na construção da sociedade. A aprovação da Lei nº 10.639/2003 representou um passo importante nesse processo, mas sua aplicabilidade tem sido marcada por resistências, omissões e superficialidade (Vasconcelos; Alves, 2024). É nesse cenário de disputas que se insere a criação do *Selo Escola Antirracista*, instituído pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC-CE) em 2023, em comemoração aos 20 anos da Lei nº 10.639/03. Mais do que um instrumento de celebração, o *Selo* resulta da pressão histórica dos movimentos sociais e da tentativa estatal de institucionalizar a pauta antirracista nas escolas. Inspirado em referenciais legais e normativos, nacionais e internacionais, o *Selo* busca fomentar ações pedagógicas que promovam a equidade racial. Contudo, como argumenta Ball (1994), políticas educacionais não são apenas textos normativos, mas discursos em disputa, apropriados de modos diversos em contextos distintos.

Em 2024, a Secretaria da Educação do Ceará anunciou que o estado ocupava a 3ª posição nacional em educação antirracista, atrás apenas de Rondônia e do Distrito Federal. Embora esse dado aponte para um cenário importante, também suscita um questionamento: se o Ceará já discute com frequência as questões raciais, vinculando tais debates à Lei 10.639/2003, qual seria, então, a justificativa para a criação de uma nova política pública? Desse modo, impõe-se a necessidade de investigar se o *Selo* tem sido traduzido pelas escolas como um instrumento efetivo de transformação ou se permanece no plano simbólico do reconhecimento.

Além do âmbito estadual, iniciativas municipais também têm buscado institucionalizar práticas antirracistas. Araújo e Santana (2025), ao analisarem a experiência da Escola Municipal de Tempo Parcial Professor Norberto Nogueira Alves, em Fortaleza, apontam que a adesão ao *Selo Escola Antirracista* exigiu a criação de uma equipe antirracista, a realização de formações para professores/as e a revisão do Projeto Político Pedagógico, além do desenvolvimento de projetos específicos voltados para a educação das relações étnico-raciais. As autoras concluem que tais exigências ampliaram o debate sobre a Lei nº 11.645/08 na escola e possibilitaram mudanças institucionais concretas, embora permeadas por tensões entre o caráter burocrático do edital e a efetiva transformação das práticas pedagógicas. A aproximação entre os achados da rede municipal de Fortaleza e os resultados observados na rede estadual reforça a compreensão do *Selo* como um dispositivo capaz de tensionar o currículo eurocêntrico e induzir novas formas de organização pedagógica,



ainda que marcado por disputas e limites estruturais.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo investigar a atuação e os resultados preliminares do *Selo Escola Antirracista* no Ceará, tomando como campo empírico três escolas da rede estadual certificadas no edital da primeira edição do *Selo*: a EEEP Professora Alda Façanha (Aquiraz), a EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios (Itarema) e a EEEP Lúcia Helena Viana Ribeiro (Horizonte). A escolha dessas escolas foi orientada por critérios que buscam conferir densidade analítica ao estudo, permitindo compreender como essa política pública educacional é apropriada em diferentes contextos da rede estadual de ensino. Em primeiro lugar, trata-se de instituições premiadas no edital da primeira edição do projeto, o que lhes confere relevância institucional como referências no processo de certificação. Essa condição garante que a pesquisa se debruce sobre escolas reconhecidas pela própria Secretaria da Educação (SEDUC-CE) como instituições que atingiram as demandas solicitadas em práticas antirracistas, mas sem deixar de analisar criticamente as possibilidades dessa legitimação. Além desse aspecto, a escolha buscou contemplar a diversidade territorial da rede. A EEEP Professora Alda Façanha, situada na região de Aquiraz, representa o cenário de escolas com melhores condições estruturais e desempenho acadêmico, o que é evidenciado pelo seu IDEB, atingindo 5,8 em 2023. Em contraste, a observação na EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios, localizada em Itarema, a mais de 200 km da capital, permite analisar como escolas do interior distante, em contextos de maior desigualdade, desenvolvem estratégias próprias de inserção na pauta antirracista. Já a escola de EEEP Lúcia Helena Viana Ribeiro, se encontra em uma posição intermediária: está na região metropolitana, mas fora da capital, o que possibilita observar como instituições situadas em territórios próximos à gestão central da SEDUC vivenciam o *Selo*, sem dispor dos mesmos recursos das escolas de maior e melhor infraestrutura.

Outro critério relevante para a escolha das escolas foi a diversidade de estratégias institucionais adotadas. A EEEP Professora Alda Façanha criou o Laboratório Étnico Racial Alda Façanha (LERAF), formalizando um espaço dedicado à agenda antirracista. A EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios organiza a *Caravana Afro* e mantém ações contínuas ao longo do ano, revelando um esforço de integrar a temática ao cotidiano escolar. A EEEP Lúcia Helena Viana Ribeiro, por sua vez, instituiu um comitê antirracista, formado por professores/as e estudantes, evidenciando a centralidade da gestão democrática e do protagonismo juvenil na efetivação da política. Cada escola, portanto, traduz de maneira singular as diretrizes do *Selo*, o que permite à pesquisa comparar diferentes formas de apropriação e ressignificação da proposta.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada por uma perspectiva indutiva. Conforme Bogdan e Biklen (1994), esse tipo de abordagem possibilita compreender significados, subjetividades e contradições, valorizando a experiência das/os sujeitas/os e o contexto em que estão inseridas/os. Complementarmente, dados quantitativos serão utilizados para contextualizar as análises, sobretudo no que se refere à participação das escolas no edital e à distribuição territorial das certificações. Para a coleta de dados, empregam-se três técnicas principais.

A análise documental, nos termos de Cellard (2008), abrange o edital do *Selo*, relatórios institucionais, relatórios de prática das escolas e materiais pedagógicos produzidos. A observação direta, realizada em visitas às escolas, busca registrar práticas, interações e dinâmicas institucionais relacionadas à aplicabilidade da política. Os dados obtidos devem ser tratados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), com o intuito de identificar categorias emergentes nos discursos e nas práticas observadas. A análise articula-se a partir de dois eixos teóricos principais: (i) a compreensão de políticas públicas como textos e discursos em disputa, conforme Ball (1994), atravessados por múltiplos significados e apropriações locais; e (ii) a crítica de



Fraser (2001) sobre o risco de políticas de reconhecimento se esvaziarem quando não articuladas a mecanismos redistributivos.

Reconhece-se, por fim, alguns limites dessa concepção metodológica. A adesão voluntária das escolas ao edital pode gerar desigualdades de participação, favorecendo instituições com maior capacidade administrativa e infraestrutura. Além disso, a coleta de dados fica condicionada à disponibilidade de acesso aos espaços e às/aos sujeitas/os, o que pode restringir a profundidade de algumas observações. Ainda assim, a combinação de diferentes técnicas e o foco em múltiplas unidades de análise busca garantir consistência e rigor à investigação, permitindo compreender de forma crítica o *Selo Escola Antirracista* como política pública de enfrentamento ao racismo no Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências das escolas parcialmente analisadas evidenciam que a apropriação do *Selo Escola Antirracista* ocorre de forma diferenciada em cada contexto institucional, revelando estratégias próprias de enfrentamento ao racismo escolar. Na EEEP Professora Alda Façanha, observa-se a criação do Laboratório Étnico Racial Alda Façanha (LERAF), em 2023, iniciativa da coordenação escolar que visa sistematizar e dar continuidade às discussões sobre educação antirracista. Essa institucionalização da pauta, por meio de um espaço específico, amplia a possibilidade de articulação entre currículo, práticas pedagógicas e formação docente, configurando-se como um mecanismo relevante de permanência das ações. Além disso, a escola apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre as unidades analisadas, com 5,8 em 2023, o que sugere condições estruturais mais favoráveis para a implementação de projetos contínuos. Foram inseridas no currículo disciplinas étnico-raciais, como *Literatura Africana* e *Etnomatemática*. Isso nos parece instigante, porque o currículo de uma escola profissionalizante é sempre mais engessado e há uma dificuldade maior em realizar modificações. Entendemos que isso é possível quando ocorre um trabalho coletivo. Na EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios, situada em Itarema, destaca-se a realização da *Caravana Afro*, atividade anual organizada com uma culminância em novembro, em alusão ao mês da Consciência Negra, sem que se restrinja a um evento pontual. A escola mantém, ao longo do ano, ações independentes de valorização da cultura afro-brasileira, envolvendo apresentações artísticas, debates e produções escolares. Essa prática demonstra o esforço em integrar a pauta étnico-racial ao calendário escolar de forma mais orgânica, ainda que fortemente vinculada às datas simbólicas. Já na EEEP Lúcia Helena Viana Ribeiro, localizada em Horizonte, foi instituído um comitê de ações étnico-raciais, composto por dois professores (de Sociologia e História) e dez estudantes, com a finalidade de discutir, planejar e avaliar iniciativas antirracistas no cotidiano escolar. A criação de um espaço colegiado, com participação ativa de estudantes, revela a aposta na gestão democrática e no protagonismo juvenil como elementos centrais para a efetividade do *Selo*. Ocorre na escola também o *dia do cinema*, mas durante o horário de almoço.

Essas experiências mostram que, embora situadas em contextos diferentes, as escolas desenvolvem estratégias que buscam dar continuidade ao debate antirracista, evitando que as ações fiquem restritas à lógica celebratória. Ao mesmo tempo, elas evidenciam que a efetividade da política depende fortemente da capacidade local de mobilização: seja pela criação de um laboratório institucionalizado (EEEP. Professora Alda Façanha), pela realização de eventos culturais com repercussão comunitária (EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios) ou pela organização de instâncias participativas (EEEP Lúcia Helena Viana Ribeiro - Horizonte).

A importância dessas iniciativas reside, portanto, na possibilidade de tensionar práticas escolares ainda marcadas pelo eurocentrismo, inserindo no cotidiano elementos de valorização das identidades negras e de



enfrentamento às desigualdades raciais. Contudo, como alerta Fraser (2001), políticas de reconhecimento precisam ser articuladas a mecanismos redistributivos. Nesse sentido, a análise demonstra que, embora tais ações sejam fundamentais, sua continuidade e impacto estão condicionados a fatores estruturais - como infraestrutura inadequada, insuficiência de recursos humanos, de apoio institucional, de dotação orçamentária e desigualdade territorial; que ainda representam limites significativos para a consolidação de uma educação antirracista no Ceará.

CONCLUSÕES

As escolas investigadas mostraram que o *Selo* pode gerar arranjos institucionais diversos, como laboratórios temáticos, comitês de professores/as e estudantes e eventos culturais de grande repercussão. Essas iniciativas demonstram a vitalidade da política enquanto fomentadora de práticas pedagógicas que questionam a hegemonia eurocêntrica e valorizam identidades negras. No entanto, sua permanência depende de infraestrutura, formação docente consistente, disponibilidade de recursos materiais e apoio contínuo da gestão pública. Sem esses elementos, corre-se o risco de reduzir a política a uma certificação simbólica, desconectada de transformações efetivas no cotidiano escolar. Portanto, por mais que o *Selo Escola Antirracista* inaugure um espaço institucional necessário para o debate sobre equidade racial na educação cearense, a sua efetividade só se consolidará mediante acompanhamento crítico, investimentos redistributivos e compromisso coletivo de toda a comunidade escolar. O desafio que se impõe é transformar o reconhecimento formal em práticas duradouras, capazes de enfrentar as desigualdades estruturais que historicamente marcam a experiência de estudantes negros/as. Nesse sentido, o *Selo* não deve ser visto como um ponto de chegada, mas como um processo em disputa, que exige constante revisão, monitoramento e o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a justiça racial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FUNCAP), pela concessão da Bolsa em Pesquisa que possibilitou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Ione Pereira da Silva; SANTANA, Profa. Dra. Juliana Silva. O selo escola antirracista e suas contribuições para a implementação da Lei nº 11.645/08: práticas pedagógicas em uma escola pública de Fortaleza, Ceará... In: **Anais do XV Fórum Internacional de Pedagogia** (XV FIPED). Anais... Serra Talhada (PE): A E S E T, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1119049-O-SELO-ESCOLA-ANTIRRACISTA-E-SUAS-CONTRIBICOES-PARA-A-IMPLEMENTACAO-DA-LEI-N-1164508--PRATICAS-PEDAGOGICAS-EM>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria**



e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Alessandra. O que as escolas do Ceará estão fazendo para combater o racismo? Especialistas alertam instituições a não confundirem racismo com bullying. *Diário do Nordeste*, DN Ceará, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/o-que-as-escolas-do-ceara-estao-fazendo-para-combater-o-racismo-1.3352151>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. In: SEIDMAN, Steven; ALEXANDER, Jeffrey C. (orgs.). *The new social theory reader*. Londres: Routledge, 2001. p. 285-293. (Texto traduzido por Julio Assis Simões). Publicado também na *New Left Review* (212: 68-93, 1995). Traduzido para o português como: Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era 'pós-socialista'. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

RODRIGUES, Gersa Faria; BREDER, Débora. "Raça" e racismo estrutural: (re)pensando a formação de professores na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 39, n. 1, e129304, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932023000100152&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2025. Epub 31 out. 2024. <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.129304>.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-19, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n2a2024-69548. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69548>. Acesso em: 24 ago. 2025.